

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 7039/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e XLIV do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o funcionamento dos órgãos do Ministério Público Estadual quando da ocorrência de feriados nacionais, estaduais e municipais, dos pontos facultativos e dos feriados forenses em 2024; e

CONSIDERANDO o contido na Portaria nº 1.536 da Secretaria da Magistratura do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, de 12.12.2023, publicada no Diário da Justiça nº 5.313, de 14.12.2023,

R E S O L V E :

Art. 1º No exercício de 2024, não haverá expediente no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, em razão dos feriados e pontos facultativos previstos a seguir:

- I – 1º a 6 de janeiro – feriado forense;
- II – 12 de fevereiro (segunda-feira) – Carnaval;
- III – 13 de fevereiro (terça-feira) – Carnaval;
- IV – 14 de fevereiro (quarta-feira) – Cinzas;
- V – 28 de março (quinta-feira) – Semana Santa;
- VI – 29 de março (sexta-feira) – Semana Santa;
- VII – 1º de maio (quarta-feira) – Dia do Trabalho;
- VIII – 30 de maio (quinta-feira) – *Corpus Christi*;
- IX – 11 de outubro (sexta-feira) – Divisão do Estado;
- X – 28 de outubro (segunda-feira) – Dia do Servidor Público;
- XI – 15 de novembro (sexta-feira) – Proclamação da República;
- XII – 20 a 31 de dezembro – feriado forense.

Parágrafo único. Considera-se ponto facultativo o dia 31 de maio de 2024 (sexta-feira).

Art. 2º Na comarca de Campo Grande, não haverá expediente no dia 13 de junho (quinta-feira) e no dia 26 de agosto (segunda-feira), em razão das comemorações do Dia do Padroeiro (Santo Antônio) e do Aniversário da Cidade, respectivamente.

Parágrafo único. Considera-se ponto facultativo o dia 14 de junho de 2024 (sexta-feira).

Art. 3º Os feriados instituídos pelos municípios em lei municipal serão observados pela Promotoria de Justiça respectiva e pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

Parágrafo único. Consideram-se pontos facultativos nas comarcas do interior do Estado de Mato Grosso do Sul as seguintes datas:

- I – 26 de janeiro (sexta-feira), na comarca de Ivinhema;
- II – 9 de fevereiro (sexta-feira), na comarca de Água Clara;
- III – 18 de março (segunda-feira), nas comarcas de Cassilândia, Coxim, Itaporã, Ponta Porã e Ribas do Rio Pardo;
- IV – 5 de abril (sexta-feira), na comarca de Inocência;
- V – 12 de abril (sexta-feira), na comarca de Coxim;
- VI – 26 de abril (sexta-feira), na comarca de Brasilândia;
- VII – 29 de abril (segunda-feira), na comarca de Nova Andradina;
- VIII – 3 de maio (sexta-feira), na comarca de Glória de Dourados;
- IX – 10 de maio (sexta-feira), na comarca de Rio Negro;
- X – 13 de maio (segunda-feira), na comarca de Jardim;
- XI – 10 de junho (segunda-feira), na comarca de Maracaju;
- XII – 14 de junho (sexta-feira), nas comarcas de Batayporã, Corumbá, Costa Rica, Jardim, Porto Murtinho e Terenos;
- XIII – 21 de junho (sexta-feira), na comarca de Bandeirantes;



XIV – 28 de junho (sexta-feira), nas comarcas de Itaquiraí e Sete Quedas;
XV – 5 de julho (sexta-feira), na comarca de Paranaíba;
XVI – 8 de julho (segunda-feira), na comarca de Fátima do Sul;
XVII – 15 de julho (segunda-feira), na comarca de Miranda;
XVIII – 19 de julho (sexta-feira), nas comarcas de Ponta Porã e Nioaque;
XIX – 26 de julho (sexta-feira), na comarca de Nova Alvorada do Sul;
XX – 2 de agosto (sexta-feira), na comarca de Bela Vista;
XXI – 5 de agosto (segunda-feira), nas comarcas de Caarapó e Inocência;
XXII – 16 de agosto (sexta-feira), nas comarcas de Aquidauana, Bataguassu, Glória de Dourados e Sidrolândia;
XXIII – 27 de setembro (sexta-feira), na comarca de Rio Brilhante;
XXIV – 1º de novembro (sexta-feira), na comarca de Água Clara;
XXV – 11 de novembro (segunda-feira), na comarca de Batayporã;
XXVI – 9 de dezembro (segunda-feira), na comarca de Itaporã.

Art. 4º Nos dias em que não houver expediente, o atendimento excepcional será realizado pelo Promotor de Justiça plantonista, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7057/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça André Antônio Camargo Lorenzoni 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 5 a 9.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7034/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 22 a 26.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6958/2023-PGJ, DE 13.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres 1 (um) dia de folga compensatória no dia 15.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6959/2023-PGJ, DE 13.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres 4 (quatro) dias de folga compensatória no período de 16 a 19.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2019, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 7010/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 8.1.2024, a Portaria nº 1737/2021-PGJ, de 20.5.2021, que agregou ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7011/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 8.1.2024, a Portaria nº 6346/2022-PGJ, de 15.12.2022, que designou o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza para responder pela 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 7013/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Marcos André Sant'Ana Cardoso para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisor das Promotorias de Justiça da comarca de Coxim a partir de 8.1.2024, pelo período de 1 (um) ano; e revogar, a partir da mesma data, a Portaria nº 5315/2023-PGJ, de 2.10.2023, que designou o Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7014/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Chapadão do Sul a partir de 8.1.2024, pelo período de 1 (um) ano; e revogar, a partir da mesma data, a Portaria nº 3689/2023-PGJ, de 6.7.2023, que designou o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7015/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a Promotoria de Justiça de Bela Vista a partir de 8.1.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 4203/2023-PGJ, de 1º.8.2023, que designou o Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7016/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 8.1.2024, a Portaria nº 1919/2023-PGJ, de 19.4.2023, que designou a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar os Autos nº 0900031-34.2018.8.12.0008.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 7017/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 8.1.2024, a Portaria nº 3227/2020-PGJ, de 8.10.2020, que designou a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias para, sem prejuízo de suas funções, atuar na Coordenadoria de Integração dos Núcleos de Apoio vinculados aos Centros de Apoio Operacional do MPMS.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7018/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, Ludmila de Paula Castro Silva e Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa para, sem prejuízo de suas funções, integrarem a comissão organizacional responsável pela adoção das providências necessárias para a realização de concurso para o cargo de Técnico I do Ministério Público, símbolo MPTE-201; e tornar sem efeito a Portaria nº 1758/2023-PGJ, de 12.4.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7019/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as Promotoras de Justiça Daniela Cristina Guiotti e Daniella Costa da Silva para, sem prejuízo de suas funções, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, representarem o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul junto ao Centro de Operações de Emergência, COE; e revogar a Portaria nº 1587/2020-PGJ, de 5.5.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7038/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5274/2023-PGJ, de 2.10.2023, que estabeleceu a escala de plantão da Administração Superior do Ministério Público Estadual para o feriado forense de 20.12.2023 a 6.1.2024, de forma que, onde consta:

MEMBRO	CARGO	PERÍODO
Camila Augusta Calarge Doreto	Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça	20 a 28.12.2023

Passe a constar:

MEMBRO	CARGO	PERÍODO
Camila Augusta Calarge Doreto	Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça	20 a 29.12.2023

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 7047/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Brasilândia nos dias 18 e 19.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6958/2023-PGJ, DE 13.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres 1 (um) dia de folga compensatória no dia 15.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 7048/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 41ª Zona Eleitoral nos dias 18 e 19.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7049/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 22 a 26.1.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 6959/2023-PGJ, DE 13.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres 4 (quatro) dias de folga compensatória no período de 16 a 19.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2019, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 7050/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Itaporã no período de 8 a 17.1.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Radamés de Almeida Domingos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6905/2023-PGJ, DE 12.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 19.2 a 19.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012543-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 7033/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 22 a 26.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021 e 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 7046/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 2/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Sara Francisco Silva e Sergio Luiz Morelli, na qualidade de titular e substituto, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenadores das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, para o mandato de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7045/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 2/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui e Marcos Antonio Martins Sottoriva, na qualidade de titular e substituto, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenadores das Procuradorias de Justiça Cíveis, para o mandato de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6844/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 26.1 a 14.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011075-9).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 7044/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 2/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo e Olavo Monteiro Mascarenhas, na qualidade de titular e substituto, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenadores das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área Cível, para o mandato de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 7034/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 22 a 26.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6827/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012083-5).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 7043/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 18.10.2018 a 17.10.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00013002-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6829/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Izonildo Gonçalves de Assunção Junior, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 16.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012502-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6830/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 29.1 a 17.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012532-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 7042/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 6.12.2018 a 5.12.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012984-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6828/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 16.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012538-5).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6799/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques 26 (vinte e seis) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos nos períodos de 21 a 26.11.2023 e 30.11 a 19.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012066-8).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 7041/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 6.12.2018 a 5.12.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012975-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6803/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui 26 (vinte e seis) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 24.11 a 19.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012055-7).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 7032/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho 2 (dois) dias de compensação nos dias 15 e 16.2.2024, por sua atuação perante o Tribunal do Júri em regime de mutirão em 2023, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6802/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva 15 (quinze) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 4 a 18.9.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012057-9).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6801/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri 20 (vinte) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 26.10 a 14.11.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012059-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 7040/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio compreendido nos períodos de 14.2 a 3.12.2005 e 11.7.2019 a 14.10.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012392-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6781/2023-PGJ, DE 7.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça José Maurício de Albuquerque 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 28 (vinte e oito) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado e 2 (dois) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos no período de 20.11 a 19.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012506-3).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6778/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça José Antonio Alencar 21 (vinte e um) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 27.11 a 17.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012536-3).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 7022/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Gabriela Bernardes Lima, Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Conservação do Patrimônio, do Quadro do Ministério Público Estadual, como fiscal do Termo de Permissão de Uso Gratuito de Bem Público Especial decorrente do Procedimento de Gestão Administrativa n° 09.2021.00004160-3 a partir de 1º.12.2023; e revogar, a partir da referida data, a Portaria n° 5836/2022-PGJ, de 25.11.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 7024/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a partir de 8.1.2024, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Geovani Lopes Marques, nos termos do inciso I do artigo 57 da Lei n° 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 7025/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Leandro Torres Maldonado Lima para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei n° 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 23ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, decorrente da exoneração de Geovani Lopes Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 7026/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Leandro Torres Maldonado, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 23ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 22ª e 73ª Promotorias de Justiça da referida Comarca, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 7031/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 14.1.2024, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Carlo Zanandreis Lopes, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 7061/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Paula Fernanda Bonfanti, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor, do Quadro de Servidores do Ministério Público, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar as atividades administrativas das Coordenadorias das Procuradorias de Justiça Cíveis, Criminais e de Interesses Difusos e Coletivos, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1667/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1668/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	4 a 13.12.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº e-1669/2023/PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	30	18.3 a 16.4.2024	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1670/2023/PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Nicolau Bacarji Junior, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	5	26.2 a 1.3.2024	GOZO	NÃO
2023/2024	5	17 a 21.6.2024	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1672/2023/PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1673/2023/PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Angelica de Andrade Arruda, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	1 a 10.12.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1674/2023/PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Angelica de Andrade Arruda, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1675/2023/PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Ricardo Rotunno, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	22 a 31.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1676/2023/PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	29.1 a 7.2.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1724/2023 - PGJ, DE 21.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Adriano Barrozo da Silva 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18 a 19.12.2023, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1725/2023/PGJ, DE 21.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1216/2023-PGJ, de 25.10.2023, que concedeu a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao Promotor de Justiça Radamés de Almeida Domingos, de forma que, onde consta: "Período - 15 a 24.1.2024", passe a constar: "Período - 26.2 a 6.3.2024".

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1726/2023/PGJ, DE 21.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1352/2023-PGJ, de 27.10.2023, na parte que concedeu férias regulamentares à Procuradora de Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, de forma que, onde consta: "Período - 11 a 30.3.2024", passe a constar: "Período - 1 a 20.4.2024".

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 6986/2023-PGJ, DE 14.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Silmara Diniz Paulino da Rocha, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos períodos de 29.11.2023 a 29.5.2024 e de 3 a 21.6.2024, em razão de afastamento da servidora Gláuce Jardi Bezerra, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6993/2023-PGJ, DE 15.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Ricardo Alberto Longo Bezerra, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício nas Promotorias de Justiça de Mundo Novo, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Eldorado, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, nos dias 6 e 7.12.2023 e no período de 11 a 19.12.2023, em razão de afastamento do servidor Kelvin Alexandre Garcia, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6994/2023-PGJ, DE 15.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Hermes Alencar de Lima, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Presidência da Comissão Permanente de Contratações e pela Coordenadoria de Licitações no dia 11.12.2023, em razão de afastamento do servidor Emerval Carmona Gomes.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 7020/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Aline Andressa Coelho de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, licença para o trato de interesse particular, pelo prazo de 3 (três) anos, a partir de 8.1.2024, nos termos dos artigos 130, inciso IX, e 154, § 3º, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e ainda dos artigos 6º, inciso II, 28, *caput* e §§ 3º, 4º e 5º, e 82, inciso IX, da Lei nº 3.150, de 22.12.2005 (PGA nº 09.2023.00012487-5).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 7021/2023-PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Angela Rezende do Amarante, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Apoio Administrativo 1 no dia 11.12.2023, em razão de afastamento do titular, Caio Ferreira Campos.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 7023/2023-PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 29ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 6.10 a 7.12.2023, em razão de afastamento do servidor Vinicius Ferreira Martins, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 7027/2023-PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Diego Vinicius Queiroz Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Cassilândia nos períodos de 8 a 12.1.2024 e de 15 a 19.1.2024, em razão de afastamento do servidor Pedro Borges de Souza, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 7028/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia Marim, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 44ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 28ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 17.1.2024, em razão de afastamento da servidora Anelita Aparecida de Figueiredo, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 7029/2023-PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia Marim, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 44ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 17ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos períodos de 8 a 26.1.2024 e de 29.1 a 2.2.2024 e nos dias 5 e 6.2.2024, em razão de afastamento do servidor Guaraci Mendes da Silva, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 7030/2023-PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Julyanne Marcondes de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 4ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 35ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 17.1.2024, em razão de afastamento da servidora Silviane Leite Pires do Espírito Santo, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 7036/2023-PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Silvia Helena Schiavi de Carvalho, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 45ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 75ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 17.1.2024, em razão de afastamento da servidora Keyla Pereira Yoshimura, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 7037/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Elisman da Costa Vargas, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca no período de 8 a 17.1.2024, em razão de afastamento da servidora Marivalma Amâncio de Lima Suzuki, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6727/2023-PGJ, DE 6.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Matheus Córdoba Caramalac por meio da Portaria nº e-1016/2023-PGJ, de 11.9.2023, com redação dada pela Portaria nº 4895/2023-PGJ, de 14.9.2023, de forma que, onde consta: “de 11 a 20.12.2023”, passe a constar: “de 8 a 17.1.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6738/2023-PGJ, DE 6.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Natália Perroni Pires por meio da Portaria nº 4487/2022-PGJ, de 8.9.2022, com redação dada pela Portaria nº 5780/2022-PGJ, de 23.11.2022, que seriam usufruídas no dia 23.3.2023, a serem usufruídas no dia 6.3.2024, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6739/2023-PGJ, DE 6.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Simone Santana Aragão Martins por meio da Portaria nº e-1092/2023-PGJ, de 22.9.2023, de forma que, onde consta: “de 11 a 20.12.2023”, passe a constar: “de 18 a 27.9.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6817/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Osni Antonio Butzhy Andrade Netto por meio da Portaria nº 4847/2023-PGJ, de 12.9.2023, de forma que, onde consta: “a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.12.2023 e de 8 a 17.1.2024”, passe a constar: “a serem usufruídas nos períodos de 29.1 a 7.2.2024 e de 10 a 19.7.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6831/2023-PGJ, DE 11.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 1º.11.2023, as férias do servidor Paulo Henrique Moraes Grande concedidas por meio da Portaria nº e-922/2023-PGJ, de 2.8.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 6 a 19.6.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6875/2023-PGJ, DE 11.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Larissa Figueiredo de Toledo Buytendorp por meio da Portaria nº e-1398/2022-PGJ, de 11.11.2022, com suas modificações, que seriam usufruídas no período de 25.3 a 2.4.2024, a serem usufruídas no período de 10 a 18.6.2024, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6876/2023-PGJ, DE 11.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 20.11.2023, as férias do servidor Fernando da Costa Rocha concedidas por meio da Portaria nº e-1423/2022-PGJ, de 11.11.2022, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 22 a 27.3.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6878/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 21.11.2023, as férias do servidor Rony Pedroso Vasques concedidas por meio da Portaria nº e-808/2023-PGJ, de 5.7.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 8 a 16.1.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6889/2023-PGJ, DE 11.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor João Paulo Duarte por meio da Portaria nº e-1104/2023-PGJ, de 28.9.2023, que seriam usufruídas no período de 27.11 a 6.12.2023, a serem usufruídas no período de 22 a 31.7.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6891/2023-PGJ, DE 11.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 29.11.2023, as férias da servidora Fernanda da Silveira Corrêa Brescianini concedidas por meio da Portaria nº e-14/2023-PGJ, de 10.1.2023, com redação dada pela Portaria nº e-1012/2023-PGJ, de 11.9.2023, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 10 a 12.6.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6940/2023-PGJ, DE 12.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Italo Felipe de Matos por meio da Portaria nº e-586/2023-PGJ, de 1º.6.2023, com redação dada pela Portaria nº e-1127/2023-PGJ, de 5.10.2023, que seriam usufruídas no período de 8 a 27.1.2024, a serem usufruídas no período de 29.11 a 18.12.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6941/2023-PGJ, DE 12.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Francieli Ataíde de Souza por meio da Portaria nº e-1007/2023-PGJ, de 6.9.2023, com redação dada pela Portaria nº e-1178/2023-PGJ, de 18.10.2023, de forma que, onde consta: “de 15 a 23.1.2024”, passe a constar: “de 15 a 23.2.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6972/2023-PGJ, DE 13.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Diego Vinicius Queiroz Silva por meio da Portaria nº e-104/2023-PGJ, de 31.1.2023, com suas modificações, de forma que, onde consta: “a serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.8.2023, de 11 a 20.3.2024 e de 14 a 23.10.2024”, passe a constar: “a serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.8.2023 e de 11 a 20.3.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.2.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6973/2023-PGJ, DE 14.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Luiz Fernando Barros Mansano por meio da Portaria nº e-400/2023-PGJ, de 14.4.2023, com redação dada pela Portaria nº e-809/2023-PGJ, de 5.7.2023, de forma que, onde consta: “de 11 a 20.3.2024”, passe a constar: “de 3 a 12.7.2024”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1687/2023-PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Phelipe Alves de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 4 a 13.12.2024 e de 1º a 10.4.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.4 a 2.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1688/2023/PGJ, DE 18.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Cenir Teodoro Vieira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.4.2024, de 17 a 26.6.2024 e de 9 a 18.9.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1689/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Mateus do Nascimento Policeno de Souza, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 19 a 28.2.2024 e de 22 a 31.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1690/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares ao servidor Manoel Rodrigues dos Santos Neto, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 19.2 a 19.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1691/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Patricia da Silva Pereira, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 25.3 a 3.4.2024 e de 4 a 23.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1692/2023/PGJ, DE 18.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Celia Mara Fernandes da Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 22.4 a 11.5.2024 e de 14 a 23.10.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1693/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Magaly Carvalho Brunet, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 22 a 31.7.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1694/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Mariana Silva Martins, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.7.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1695/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Elaine Cristina França Tavares Flor, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.2.2024 e de 8 a 17.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.1 a 7.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1696/2023/PGJ, DE 18.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Aline Reginaldo de Souza, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.2.2024 e de 5 a 14.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.1 a 7.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1697/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Diogo Fellippe da Silva Maluf Ferreira, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 22 a 31.7.2024 e de 4 a 13.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 18 a 27.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1698/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Jeilson Bertola da Costa, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.2.2024 e de 23.9 a 2.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.1 a 1º.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1699/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Suzete dos Santos Bezerra, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.2.2024 e de 18 a 27.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1700/2023/PGJ, DE 18.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Julio Cesar Gonçalves Vieira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.1.2024 e de 17 a 26.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 15 a 24.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1701/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Rosane Cypriano Roriz, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.12.2024 e de 7 a 16.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 27.5 a 5.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1702/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Marcelo Roque Daltro Tosta, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.4.2024 e de 4 a 13.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1703/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Lucas Cavassa Batista, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 8 a 27.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.1 a 7.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1704/2023/PGJ, DE 18.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Frederick Werner Castellani Viacek, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 15.2 a 5.3.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1705/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Maria Graciele Sanches, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024 e de 8 a 17.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1706/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-225/2023-PGJ, de 6.3.2023, que concedeu férias ao servidor Márcio Luiz de Sousa, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 8 a 17.1.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 31.1 a 9.2.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1707/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-214/2023-PGJ, de 6.3.2023, que concedeu férias à servidora Priscilla Espindola Cardoso, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 8 a 17.1.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 19 a 28.2.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1708/2023/PGJ, DE 18.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Renata Caroline Pereira de Macedo, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 4 a 13.11.2024 e de 2 a 11.6.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 12 a 21.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1709/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Vítor Avila Barsotti, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.7.2024 e de 9 a 18.12.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1710/2023/PGJ, DE 18.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Silvia Helena Schiavi de Carvalho, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024, de 19 a 28.6.2024 e de 20 a 29.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1711/2023/PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Caren Sueli Montagner Lago, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 19 a 28.2.2024, de 28.8 a 6.9.2024 e de 5 a 14.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1712/2023/PGJ, DE 19.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Jeovane da Silva Gomes, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.7.2024 e de 5 a 14.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 28.3 a 6.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1713/2023/PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares ao servidor João José de Souza, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 19.2 a 19.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1714/2023/PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Thiago Falcão Ricartes, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 25.11 a 4.12.2024 e de 24.2 a 5.3.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1715/2023/PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Estefany de Oliveira Pezzi, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 19 a 28.3.2024 e de 17 a 26.6.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 15 a 24.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1716/2023/PGJ, DE 19.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Driele Evelin Santos Vargas Araujo, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.2.2024 e de 4 a 13.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.8 a 1º.9.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1717/2023/PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Janaina Bárbara dos Santos Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.5.2024, de 16 a 25.9.2024 e de 2 a 11.12.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1718/2023/PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-88/2023-PGJ, de 30.1.2023, que concedeu férias ao servidor Diogo Felliphe da Silva Maluf Ferreira, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 8 a 17.1.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 19 a 28.2.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1719/2023/PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1417/2023-PGJ, de 10.11.2023, que concedeu férias à servidora Rosângela Bonacina Milgarefe, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 18 a 27.3.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 5 a 14.3.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1720/2023/PGJ, DE 19.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-570/2023-PGJ, de 30.5.2023, que concedeu férias à servidora Andréia Fernandes Francischini, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 8 a 17.1.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 29.1 a 7.2.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1721/2023/PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-212/2023-PGJ, de 6.3.2023, que concedeu férias ao servidor Jeovane da Silva Gomes, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 29.1 a 7.2.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 19 a 28.2.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1722/2023/PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1022/2023-PGJ, de 11.9.2023, que concedeu férias à servidora Camila Teixeira Silva, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 8 a 17.1.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 18 a 27.3.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1723/2023/PGJ, DE 19.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-412/2023-PGJ, de 19.4.2023, que concedeu férias ao servidor Pierre Karlos Brito Kitizo, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 8 a 17.1.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 15 a 24.2.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 6/2023-CPJ, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Aprova o Plano Geral de Atuação - PGA do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para o exercício de 2024.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inciso V, da Resolução nº 005/2014-PGJ, de 7 de abril de 2014, que estabeleceu competência para a Supervisão de Planejamento e Gestão Estratégica para coordenar a elaboração, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do Plano Geral de Atuação do Ministério Público;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º, inciso X, também da Resolução nº 005/2014-PGJ, que estabeleceu competência para a Secretaria de Planejamento e Gestão para promover a elaboração do Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, visando encaminhá-lo ao Procurador-Geral de Justiça; e

CONSIDERANDO a aprovação do Colégio de Procuradores de Justiça na reunião ordinária realizada em 07 de dezembro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo Único desta Resolução, o Plano Geral de Atuação - PGA do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para o exercício de 2024.

Art. 2º Compete à Assessoria de Comunicação deste Ministério Público promover a divulgação do Anexo Único desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 12 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

ANEXO ÚNICO

<https://www.mpms.mp.br/pga>

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 156/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/1062/2021 – PGA nº 09.2023.00000395-0

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- RODOLFO PAGLIARINI.

Procedimento licitatório: Dispensada, com fulcro no com o artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Reajuste do valor mensal do aluguel do imóvel objeto do Contrato nº 156/PGJ/2021, em razão da aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor mensal: R\$ 3.692,88 (três mil seiscentos e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos).

Vigência: 20.12.2023 a 03.11.2026.

Data de assinatura: 20 de dezembro de 2023.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 199/PGJ/2020

Processo nº PGJ/10/2839/2020 - PGA nº 09.2023.00000458-2

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, representada por **Willian Lopes de Aguiar**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 35/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, § 8º, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, e o reajuste do valor contratual referente aos insumos não ligados diretamente à mão de obra, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor mensal: R\$ 331.907,02 (trezentos e trinta e um mil novecentos e sete reais e dois centavos).

Vigência: 06.01.2024 a 06.01.2025.

Data de assinatura: 20 de dezembro de 2023.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 41/PGJ/2018.

Processo nº 09.2023.00006841-1

Partes:

1 – Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**.

2 – h21 eQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA, neste ato representada por **Wagner Savio Severino dos Santos**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 11/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 57, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 6 (seis) meses.

Valor estimado mensal: R\$ 338.741,42 (trezentos e trinta e oito mil setecentos e quarenta e um reais e quarenta e dois centavos).

Vigência: 17.01.2024 a 17.07.2024.

Data de assinatura: 26 de dezembro de 2023.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/PGJ/2022**

Processo nº 09.2022.00006700-8

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- RYBENÁ TECNOLOGIAS ASSISTIVAS LTDA, representada por **Alderval Marinho Milhomens Coelho**.

Procedimento licitatório: Inexigibilidade.

Amparo legal: Inciso III, do § 1º, do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses.

Vigência: 09.01.2024 a 09.01.2025.

Data de assinatura: 27 de dezembro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00008952-8

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- ÁGUAS GUARIROBA S/A, representada por seu Diretor Presidente, **Themis de Oliveira** e por seu Diretor Executivo **Gabriel Martins Buim**.

Procedimento licitatório: Inexigibilidade de licitação.

Amparo legal: Artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Fornecimento, pela CONTRATADA, de água tratada e/ou de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, destinado a atender aos prédios do CONTRATANTE, no Município de Campo Grande Mato Grosso do Sul.

Valor mensal estimado: R\$ 72.644,97 (setenta e dois mil seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE005646, datada de 11.12.2023.

Vigência: 27.12.2023 até 27.12.2028.

Data de assinatura: 27 de dezembro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00011869-5

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, representado por **Rafael Velasquez Saavedra da Silva**.

Procedimento licitatório: Inexigibilidade de licitação

Amparo legal: Artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Fornecimento de Solução de forense computacional, na modalidade “*trade up*”, consistente na migração de solução avançada UFED *Premium Limited* 60, do fabricante *Cellebrite*, para *UFED Premium SaaS Unlimited All*, para desbloqueio e exame de dispositivos computacionais portáteis com sistemas operacionais Android e IOS, bloqueados por senha e serviço de suporte técnico, pelo prazo de 12 meses, contemplando atendimento remoto, na modalidade 8x5, em português do Brasil, a fim de atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 764.226,00 (setecentos sessenta e quatro mil duzentos e vinte e seis reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000415, de 15.12.2023.

Vigência: 19.12.2023 a 19.02.2025.

Data de assinatura: 19 de dezembro de 2023.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/PGJ/2023**

Processo nº 09.2023.00006507-0

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**,

2- MOSKO LTDA, representada por **Luís Cesar Mosko**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2023.

Amparo legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

Objeto: Fornecimento, de água mineral consistente em galão de 20 litros (reposição), para atender os prédios do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na capital do Estado.

Valor estimado total: R\$ 573.841,80 (quinhentos e setenta e três mil oitocentos e quarenta e um reais e oitenta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE005934, de 26.12.2023.

Vigência: 27.12.2023 a 27.12.2028.

Data de assinatura: 27 de dezembro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00006507-0

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**,

2- MOSKO LTDA, representada por **Luís Cesar Mosko**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2023.

Amparo legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

Objeto: Fornecimento, de água mineral consistente em garrafa descartável de 500 ml, para atender os prédios do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na capital do Estado.

Valor estimado total: R\$ 38.880,00 (trinta e oito mil oitocentos e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE005935, de 26.12.2023.

Vigência: 27.12.2023 a 27.12.2028.

Data de assinatura: 27 de dezembro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00006507-0

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**,

2- MOSKO LTDA, representada por **Luís Cesar Mosko**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2023.

Amparo legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

Objeto: Fornecimento, de água mineral consistente copo descartável de 200 ml, para atender os prédios do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na capital do Estado.

Valor estimado total: R\$ 4.896,00 (quatro mil oitocentos e noventa e seis reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE005936, de 26.12.2023.

Vigência: 27.12.2023 a 27.12.2028.

Data de assinatura: 27 de dezembro de 2023.



EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO ENTRE MPMS E CEF

Processo: PGJ/10/0290/2020 - 09.2021.00006770-4

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, representado por **Márcio Nunes Fonseca**.

Amparo legal: Artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e no item “8.1”, da Cláusula Oitava, do Convênio.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Convênio por mais 12 (doze) meses, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 31.01.2024 a 31.01.2025.

Data da assinatura: 26 de dezembro de 2023.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE MPMS E UFMS

Processo: 09.2021.00004625-3

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**, representada por seu Reitor, **Marcelo Augusto Santos Turine**.

Amparo legal: Artigo 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Acordo de Cooperação, por mais 24 (vinte e quatro) meses, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 16.12.2023 a 16.12.2025.

Data da assinatura: 15 de dezembro de 2023.

LOCAÇÃO DE IMÓVEL

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPMS)** declara pública a intenção de **locar um imóvel situado no perímetro urbano do município de Anastácio/MS**, pelo prazo inicial de 5 (cinco) anos, para os fins de instalação da Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio, conforme especificado no Anexo A deste extrato, e de acordo com as normas técnicas exigidas, em especial, no que diz respeito à acessibilidade. Os interessados deverão encaminhar a proposta conforme formulário constante no Anexo B, instruída com a documentação do proponente e do imóvel, e acompanhada da Autorização de Intervenção, que consta no Anexo C, **no prazo de 10 (dez) dias corridos**, contados da data de publicação deste aviso, para o *e-mail* da Secretaria de Administração do MPMS, sead@mpms.mp.br, ou poderão, ainda, protocolizá-la na Divisão de Protocolo-Geral do MPMS, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, CEP 79031-907, em horário comercial (12h às 19h).

Campo Grande/MS, 08 de janeiro de 2024.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA.
Secretária-Geral do MPMS.

SETORIZAÇÃO	AMBIENTE	QUANT.	DIMENSIONAMENTO	CARACTERÍSTICAS OBSERVAÇÕES	ACESSIBILIDADE
USO RESTRITO	SALA DE TRABALHO 01 (com sanitário privativo)	01	13,00 m²	Ambiente com espaço para 01 (uma) mesa de trabalho formato “L” de 1,60 x 1,60m, 01 (uma) cadeira do tipo digitador, 02 (duas) cadeiras para atendimento, 02 (dois) armários altos e 02	OBRIGATÓRIA



				(dois) armários baixos, 01 (um) sanitário privativo com lavatório e bacia sanitária com área aproximada de 4,00 m².	
	SALA DE TRABALHO 02	01	9,00 m²	Ambiente com espaço para 02 (duas) mesa de trabalho formato “L” de 1,40m x 1,40m, 01 (um) armário baixo, 02 (duas) cadeira do tipo digitador, 02 (duas) cadeiras para atendimento.	OBRIGATÓRIA
	SALA DE TRABALHO 03	01	22,0 m²	Ambiente com espaço para 06 (seis) mesas de trabalho formato “L” de 1,40M x 1,40m, 06 (cinco) cadeiras do tipo digitador, 02 (duas) cadeiras para atendimento, 02 (dois) armários altos e 02 (dois) armários baixos,	OBRIGATÓRIA
	ARQUIVO	01	9,00 m²	Ambiente com espaço para acomodar estantes.	DESEJÁVEL
	SALA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	01	7,00 m²	Ambiente destinado a área técnica de TI, para processamento de dados.	DESEJÁVEL
	ESTACIONAMENTO COBERTO	02	2,50m x 5,00 (largura x comprimento) (cada unidade)	Mínimo de 02 (duas) vagas de garagem internas ao terreno e com cobertura.	OBRIGATÓRIA
ÁREA LIVRE	RECEPÇÃO	01	18,00 m²	Ambiente de atendimento ao público. Deve comportar 01 (um) balcão de atendimento acessível de 2,10m, 01 (uma) cadeira digitadora, 01 (uma) longarina para espera, 01 (uma) cadeira para pessoa obesa e espaço para pessoa em cadeira de rodas, 01 (um) armário baixo, 01 (um) bebedouro.	OBRIGATÓRIA
USO COMUM	SANITÁRIO ACESSÍVEL	01	4,50 m²	Próximo ou integrado à recepção. Possuir dimensões e equipamentos mínimos conforme recomendado pelas ABNT NBR 9050/2020.	OBRIGATÓRIA
	SANITÁRIO COLETIVO	01	4,50 m²	Sanitário destinado aos colaboradores.	DESEJÁVEL
	COPA	01	12,00 m²	Ambiente destinado a pequenas refeições e higienização de louças com capacidade para fogão elétrico, geladeira, bancada com pia, <i>microondas</i> , bebedouro e mesa para 4 (quatro) lugares.	DESEJÁVEL
	DEPÓSITO PARA MATERIAIS DE LIMPEZA (DML)	01	5,00 m²	Espaço reservado ao armazenamento produtos e equipamentos de limpeza.	DESEJÁVEL
	ÁREA DE SERVIÇO	01	4,50 m²	Ambiente composto por tanque.	DESEJÁVEL
	SALA DE REUNIÕES	01	16,00 m²	Sala de reuniões com espaço para acomodar 01 (uma) mesa com capacidade de seis a oito pessoas.	OBRIGATÓRIA



Observações:

1. Em atenção às recomendações do CNMP, através da resolução N.º 81 de 31 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade, todos os imóveis a serem locados e construídos pelo Ministério Público devem atender integralmente às diretrizes de acessibilidade, a saber, NBR 9050 - 2020 e outras normas pertinentes.
2. O imóvel deve estar localizado em local preferencialmente sem declive e com calçadas com rotas acessíveis.;
3. A edificação deve ser preferencialmente térrea ou possuir plataforma acessível/elevador;
4. Caso o imóvel possua pavimento superior e acesso a este pavimento apenas por escada, os ambientes que estejam no pavimento térreo devem ser os essenciais ao atendimento ao público, contemplados com total acessibilidade;
5. Os ambientes de trabalho deverão possuir pontos de elétrica e lógica adequados de acordo com as características citadas no programa de necessidades, incluindo também os pontos elétricos para os aparelhos de ar-condicionado.
6. Por questões de segurança institucional, o imóvel deverá possuir muro ou gradil de fechamento em todo o perímetro, com altura mínima de 2,10 metros. Além disso, o portão de entrada dos veículos deverá ser automatizado;

ANEXO B**FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO**

À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MPMS.

(NOME DO PROPONENTE), CNPJ/CPF nº _____, com endereço em (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE), portador(a) do documento de identidade RG nº _____, e do CPF nº _____, referente à LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO A, vem apresentar a seguinte proposta comercial:

VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$ (valor por extenso)

VALOR ANUAL DO ALUGUEL: R\$ (valor por extenso)

ENDEREÇO COMPLETO DO IMÓVEL:

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL:

ÁREA CONSTRUÍDA:

QUANTIDADE DE VAGAS NA GARAGEM:

Dados completos de identificação e contato do proponente (*e-mail*, telefones, fax, etc.).

Prazo para entrega das chaves do imóvel: (número por extenso) dias consecutivos, a contar da assinatura desta proposta.

Esta proposta tem a validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias corridos.

_____, ____ de _____ de 20__.

(local)

(data)

Assinatura (proprietário/representante legal)

Documentação do imóvel:

a) certidão de inteiro teor de seu registro;

b) certidão de habite-se;

c) laudo atualizado do Corpo de Bombeiros;

d) comprovante de cadastro no Fisco Municipal para fins do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), com indicação do valor deste;

e) planta baixa atualizada.

Documentação do proponente/proprietário pessoa jurídica:

a) ato constitutivo;

b) cédula de identidade do representante legal;

c) comprovante de inscrição e de situação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso,



- tributos mobiliários e imobiliários;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) certidão negativa de falência e recuperação judicial;
- g) certidão negativa de infrações trabalhistas; e
- h) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Documentação do proponente/proprietário pessoa física:

- a) cédula de identidade;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- d) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) certidão negativa cível; e
- f) certidão negativa de infrações trabalhistas.

ANEXO C

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE OBRA

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito(a) no CPF sob nº (informar), na qualidade de locador(a) do imóvel localizado à (endereço), autorizo o(a) locatário(a) **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, com sede no(a)....., na cidade de...../Estado....., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, a realizar obras e adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades no referido imóvel.

(município) – (UF), (dia) de (mês) de (ano).

(assinatura)
(nome do(a) locador(a))

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

NOTIFICAÇÃO

Por terem sido ineficazes as tentativas de notificação por via postal, notifica-se JONEY BENEDITO JUVENAL DE ALMEIDA, portador do CPF nº 962.950.231-34, para que no prazo de 30 DIAS, a contar desta notificação, efetue o repasse dos valores devidos ao Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público - FEADMPMS, fixado pela Lei n. 4.633, de 24 de dezembro de 2014, incidente aos atos praticados e registrados no Sistema de Informações Gerencial Extrajudicial – SIG-EX, no período compreendido entre **outubro e dezembro/2017 e entre janeiro/2019 e outubro/2020**. O valor atualizado do débito, bem como o seu recolhimento deve ser efetuado mediante guia a ser retirada junto a esta Instituição Ministerial. Esgotado o prazo, o valor do crédito tributário não pago será inscrito em Dívida Ativa, nos termos do art. 107 da Lei nº 2.315/2001.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 12ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0013966-93.2014.8.12.0110, em que constam como investigado Adriane Cristina Piculi e vítima Ivancury Barbosa, conforme se transcreve: “Assim, de rigor o arquivamento dos presentes autos, eis que o fato já fora analisado em outro feito, bem como diante da retratação da vítima”.

Campo Grande/MS 18 de dezembro de 2023.

RODRIGO YSHIDA BRANDÃO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 12ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0923436-47.2023.8.12.0001, em que constam como investigado V.F.A.F e vítima G.D.R., conforme se transcreve: “Portanto, no presente caso não se vislumbra materializada a prática do crime de importunação sexual e nem de qualquer outro crime, diante da atipicidade da conduta de V.F.A.F, bem como pela desarmonia no depoimento de G.D.R., razão pela qual os presente autos dever ser arquivados”.

Outrossim, cientifica-se a vítima que cabe recurso da decisão acima, o qual deverá ser interposto perante este órgão ministerial, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste.

Campo Grande/MS 18 de dezembro de 2023.

RODRIGO YSHIDA BRANDÃO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 12ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 091947-02.2023.8.12.0001, em que constam como investigado D.M.C e vítima L.C.B., conforme se transcreve: “...quando questionada a vítima L.C.B, optou por retratar sua representação criminal em desfavor de D.M.C, conforme declaração de fls. 44/45 e termo de retratação à fl.47. Ademais, é cediço que o delito de dano simples (artigo 163, *caput*, do CP) é crime cuja ação penal é privada e condicionada à representação de queixa por parte da vítima, nos termos do art. 167 do mesmo diploma legal, motivo pelo qual também promovemos o arquivamento de tal delito”.

Outrossim, cientifica-se a vítima que cabe recurso da decisão acima, o qual deverá ser interposto perante este órgão ministerial, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste.

Campo Grande/MS 15 de dezembro de 2023.

RODRIGO YSHIDA BRANDÃO
Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**Nº MP 08.2021.00097419-9****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a Arlindo Alves da Silva, familiar da vítima, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0018195-88.2021.8.12.0001, em que consta como vítima Daniele Alves da Silva, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 19 de dezembro de 2023.

LUCIANA DO AMARAL RABELO
Promotora de Justiça

Nº MP 08.2023.00101500-9**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a Miriam Jacinto Ferreira, familiar da vítima, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0006678-18.2023.8.12.0001, em que constam como investigados Fabrício Amado Batista e Pedro Henrique Simplício da Silva, e como vítima Paulo Sérgio Ferreira, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 15 de dezembro de 2023.

LUCIANA DO AMARAL RABELO
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0914680-49.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) A.L.R.E⁵ e vítima(s) E.J.B e L.J.O.L.F, conforme se transcreve: “Posto isso, com fulcro no artigo 107, inciso IV, do Código Penal, requer seja declarada extinta a punibilidade do investigado, em virtude da ocorrência da prescrição”.

Campo Grande-MS, 15 de dezembro de 2023.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

⁴ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁵ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0919646-55.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) J.A.O⁷ e vítima(s) T.Y.R, conforme se transcreve: “Por derradeiro, com fulcro no artigo 107, inciso IV, do Código Penal, requer seja declarada extinta a pena do investigado, em virtude do decurso do prazo decadencial, nos termos do artigo 38, do Código de Processo Penal”.

Campo Grande-MS, 18 de dezembro de 2023.

Paulo Henrique Camargo Iunes
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0056/2023/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001372-6

Requerente: Parte Sigilosa

Requerido: A apurar

Objeto(s): Apurar a legalidade da regularização fundiária pretendida na área pública de matrícula n. 30.666 (área verde "C"), localizada no loteamento Jardim São Conrado.

Campo Grande, 19 de dezembro de 2023

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁸, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Cinthia dos Santos Dias a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0923612-26.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Heitor Loureiro Cardoso Filho e vítima Cinthia dos Santos Dias, conforme se transcreve: “Desta forma, requer-se o arquivamento do presente inquérito policial em referência, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, por falta de justa causa para instauração de ação penal, diante da insuficiência de elementos a sustentarem a peça acusatória”.

Campo Grande/MS, 19 de dezembro de 2023.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

6 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

7 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

8 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁹, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Flávia da Silva de Souza a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0916956-53.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Firmino Lopes da Silva e vítima Flávia da Silva de Souza, conforme se transcreve: “Desta forma, requer-se o arquivamento do presente inquérito policial em referência, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, por falta de justa causa para instauração de ação penal”.

Campo Grande/MS, 19 de dezembro de 2023.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁰, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Débora Rosa Ramos a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0923694-57.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Luiz Gustavo Mendes Albuquerque e vítima Débora Rosa Ramos, conforme se transcreve: “Desta forma, requer-se o arquivamento do presente inquérito policial em referência, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, por falta de justa causa para instauração de ação penal, diante da insuficiência de elementos a sustentarem a peça acusatória”.

Campo Grande/MS, 19 de dezembro de 2023.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹¹, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Déborah Sucker Campos a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0924412-54.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Roberto Pinheiro dos Santos e vítima Déborah Sucker Campos, conforme se transcreve: “Desta forma, requer-se o arquivamento do presente inquérito policial em referência, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, por falta de justa causa para instauração de ação penal”.

Campo Grande/MS, 19 de dezembro de 2023.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

9 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

10 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

11 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹², de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Luiz Gustavo Mendes Albuquerque a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0923694-57.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Luiz Gustavo Mendes Albuquerque e vítima Débora Rosa Ramos, conforme se transcreve: “Desta forma, requer-se o arquivamento do presente inquérito policial em referência, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, por falta de justa causa para instauração de ação penal, diante da insuficiência de elementos a sustentarem a peça acusatória”.

Campo Grande/MS, 19 de dezembro de 2023.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹³, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Bruna Lacerda, nome de registro Marcos Eufrásio Lacerda, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0923719-70.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Roque Carlos da Conceição e vítima Bruna Lacerda, conforme se transcreve: “Desta forma, requer-se o arquivamento do presente inquérito policial em referência, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, por falta de justa causa para instauração de ação penal”.

Campo Grande/MS, 19 de dezembro de 2023.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AMAMBAI

EDITAL Nº 0030/2023/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC: 09.2023.00012098-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Campo Belo Agropastoril Ltda

Objeto: Acompanhar cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil n. 06.2021.00001363-0.

Amambai (MS), 19 de dezembro de 2023.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

12 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

13 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EDITAL Nº 0031/2023/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC: 09.2023.00012537-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Julio Cezar Ritt, José Inácio Ritt e João Paulo Ritt

Objeto: Fiscalizar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2023.00000671-4.

Amambai (MS), 19 de dezembro de 2023.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0032/2023/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC: 09.2023.00012540-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Miguel Mandotti, Ricardo Boffo Mandotti e Claudemir Boffo Mandotti

Objeto: Acompanhar cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil n. 06.2023.00000155-2.

Amambai (MS), 19 de dezembro de 2023.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0033/2023/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC: 09.2023.00012923-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Terra Solo Locações de Máquinas Pesadas LTDA

Objeto: Fiscalizar o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo do Inquérito Civil n. 06.2023.00001062-9.

Amambai (MS), 19 de dezembro de 2023.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça



BONITO

EDITAL N. 0094/2023/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00001038-4

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Izidoro Gonçalves

Assunto: Adotar providências ante o recebimento do Auto de Infração AI009626/2022, lavrado em desfavor de Izidoro Gonçalves, relativo a danos ambientais ocorridos na Fazenda Mutum - Parte.

Bonito – MS, 14 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0095/2023/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil nº 06.2023.00001362-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hervio Sebastião Carbonaro

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental do desmatamento de 240,5116 hectares em área remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Boa Vista, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 012566/2023.”

Bonito/MS, 05 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR

Promotor de Justiça

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0002/2023/03PJ/CBA**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 0001/2023, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Corumbá/MS, 15 de dezembro de 2023.

RODRIGO CORRÊA AMARO,

Promotor de Justiça,

3ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS.



LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0001/2023.

PROVENIÊNCIA – 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CORUMBÁ/MS		PROCEDÊNCIA – 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CORUMBÁ/MS	
ÓRGÃO/SETOR: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CORUMBÁ/MS		ÓRGÃO/SETOR: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CORUMBÁ/MS	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
200 - Manifestações diversas em processos judiciais: pareceres; petições; razões e contrarrazões recursais; pedidos e requisições de diligências; entre outros	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2000	2000
200 - Manifestações diversas em processos judiciais: pareceres; petições; razões e contrarrazões recursais; pedidos e requisições de diligências; entre outros	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2003	2005
200 - Manifestações diversas em processos judiciais: pareceres; petições; razões e contrarrazões recursais; pedidos e requisições de diligências; entre outros	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2007	2007
200 - Manifestações diversas em processos judiciais: pareceres; petições; razões e contrarrazões recursais; pedidos e requisições de diligências; entre outros	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2009	2010
200 - Comunicações de flagrantes	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2014	2018
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Weskley Moreira, Técnico I, Mat. 801.646-1. Corumbá/MS, 15 de dezembro de 2023.			

EDITAL Nº 0028/2023/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001390-4.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Eliane Ribas Vicente, Ricardo José Vicente

Assunto: Laudo Técnico nº 123/23/NUGEO – DNA Ambiental 2022 – Etapa 4: buscar a reparação/compensação da supressão de 47,02 hectares de vegetação nativa remanescente (ID 736), no período de 05/10/2022 a 02/02/2023, no interior do imóvel rural "Fa-zenda Baía Morena", pertencente a Ricardo José Vicente (CPF nº 074.678.688-39) e Eliane Ribas Vicente (CPF nº 061.736.468-03), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, uma vez que fora dos limites abrangidos pela Autorização Ambiental nº 0383/2020.

Corumbá/MS, 13 de dezembro de 2023.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0029/2023/02PJ/CBA**

Inquérito Civil nº 06.2023.00001172-8.

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2023.00001172-8 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Josias Maffissoni Guimarães

Objeto: O Compromissário reconhece ser proprietário do imóvel rural denominado “Fazenda Boqueirão”, matrícula n.º 29.655, CARMS0079219, localizado no Município de Corumbá/MS, e, consequentemente, responsável por toda e qualquer intervenção nele efetuada.

Obrigações: 1) O Compromissário obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada “Fazenda Boqueirão”, matrícula n.º 29.655, CARMS0079219, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). 2) O Compromissário, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, já regularizados junto ao CARMS0079219, obriga-se ao pagamento do valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)¹⁴, o equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hectare de vegetação nativa remanescente, parcelado em 02 (duas) vezes iguais, com o primeiro pagamento para os 30 (trinta) dias seguintes a contar da assinatura do TAC, em favor do Associação Mais Pantanal (antigo GAPA – Grupo de Apoio e Proteção aos Animais de Corumbá e Ladário), mediante transferência bancária (Banco Caixa Econômica Federal, Agência 0018, Operação 003, Conta Corrente 2666-5, CNPJ nº 14.512.336/0001-48), para execução do programa de castração apresentado neste Órgão de Execução. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento. 3) Neste ato o Compromissário obriga-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 100,00 (cem) reais por dia de atraso.

16 de dezembro de 2023.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

¹⁴ Valor obtido da multiplicação de 18,73 ha de área remanescente de vegetação nativa por R\$ 500,00 (quinhentos reais), ou seja, 50% do valor da multa prevista no artigo 52 do Decreto n.º 6.514/2008 (Art. 52. *Desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou fração.*).



IVINHEMA

EDITAL Nº 022/2023/02PJ/IVH

Inquérito Civil nº 06.2023.00001035-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: Wilmar Chudis Reginato

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Ivinhema/MS e Wilmar Chudis Reginato, em 15/12/2023, tendo por objeto as obrigações que o compromissário assume consistentes em não receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento; não vender, expor à venda, ter em depósito, transportar ou guarda madeira, lenha carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente, estando o conteúdo do referido acordo extrajudicial disponível para consulta no sítio eletrônico www.mpms.mp.br, bem como na Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, localizada na Praça dos Poderes, nº 900, Centro, Cep: 79.740-000, Telefone (67) 3442-1590

Ivinhema/MS, 18 de dezembro de 2023.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 023/2023/02PJ/IVH

Inquérito Civil nº 06.2023.00001036-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: Antonino João Militão

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Ivinhema/MS e Antonino João Militão, em 15/12/2023, tendo por objeto as obrigações que o compromissário assume consistentes em não receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento; não vender, expor à venda, ter em depósito, transportar ou guarda madeira, lenha carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente, estando o conteúdo do referido acordo extrajudicial disponível para consulta no sítio eletrônico www.mpms.mp.br, bem como na Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, localizada na Praça dos Poderes, nº 900, Centro, Cep: 79.740-000, Telefone (67) 3442-1590

Ivinhema/MS, 18 de dezembro de 2023.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

**EDITAL N.: 024/2023/02PJ/IVH**

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00013069-9, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo n. 09.2023.00013069-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Antonino João Militão

Objeto: Acompanhar o Termo de ajustamento de conduta firmado nos autos de Inquérito Civil n.º06.2023.00001036-2

Ivinhema/MS, 18 de dezembro de 2023.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

EDITAL N.: 025/2023/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00013070-0, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo n. 09.2023.00013070-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Wilmar Chudis Reginato

Objeto: Acompanhar o Termo de ajustamento de conduta firmado nos autos de Inquérito Civil n.º06.2023.00001035-1

Ivinhema/MS, 18 de dezembro de 2023.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça